

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014
(Em milhares de reais)**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

1.1 Atividades das empresas do grupo

A controladora, bem como a controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. (ATE) tem como atividades principais o planejamento e a execução de projetos e obras de engenharia civil, compra, venda e incorporação de imóveis, bem como participação em outras sociedades.

A Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. em 10 de julho de 2008 adquiriu 99,95% do capital da Reserva de Incorporações Ltda., posteriormente alterada para Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário – Projeto I Ltda., destinada a construção de apartamentos para comercialização. Em 2009 a empresa iniciou as suas atividades operacionais.

A empresa Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário – Projeto II Ltda. foi constituída em 03 de setembro de 2008, sendo a participação da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. de 99,95% do capital. destinada a construções de apartamentos para comercialização. Em 2015 a empresa não havia iniciado suas atividades operacionais.

A empresa Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário – Projeto III SPE Ltda. foi constituída em 30 de dezembro de 2015, sendo a participação da Azevedo & Travassos S.A. de 99,95% e da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. de 0,05% do capital destinada a construções de apartamentos para comercialização. Em 2015 a empresa não havia iniciado suas atividades operacionais.

Desde 1998, todos os contratos de obras e serviços, com exceção de obras públicas, passaram a ser executados pela controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. (ATE).

A receita da controladora foi em sua maioria oriunda da recuperação de custos e despesas administrativas cobradas de sua controlada ATE e de contratos de obras públicas executados para a Prefeitura Municipal de São Paulo e Barueri, Departamento de Estradas de Rodagem de São Paulo, Companhia Paulista de Trens Metropolitanos CPTM e Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes.

1.2 Estratégia operacional

A companhia tem como estratégia operacional a manutenção da sua lucratividade.

As principais medidas são:

- a) A empresa equacionou seus débitos fiscais e está participando de licitações de obras públicas no segmento de infraestrutura, mercado este onde a empresa tem grande tradição. Para o exercício de 2016 a expectativa é que o faturamento seja da ordem de R\$ 25.000.

- b) Executar com resultado a prestação de serviços não oriundas de órgãos públicos direcionada para a ATE desde 1998. A controlada ATE pretende faturar no exercício de 2016 cerca de R\$ 300.000, seguindo projeção baseada na carteira de obras contratadas e nas expectativas de novos contratos.
- c) Investir preferencialmente em treinamento de pessoal, buscando melhorar sua produtividade e rentabilidade.
- d) Continuar racionalizando a estrutura organizacional da companhia.
- e) Permanecer no Programa de Recuperação Fiscal – REFIS onde em 2014 foi feito acordo com a Receita Federal para pagamento até 28 de fevereiro de 2050 (vide nota 20b III).
- f) Viabilizar a incorporação de projetos imobiliários em terrenos disponíveis (aproximadamente 100.000 m2) de sua propriedade, na área urbana da cidade de São Paulo os quais possuem valor de mercado muito superior ao contabilizado.
- g) A empresa possui três precatórios junto ao Governo do Estado de São Paulo, no valor total de R\$ 1.380 e um precatório baixado do ativo em 2013 (vide nota explicativa 20c e 20h4) É intenção da empresa, aguardar pelo recebimento dos mesmos ou trocá-los por outros recebíveis para quitação de passivos fiscais, sem realizar perdas econômicas.
- h) Prosseguir com as ações de cobrança ajuizadas contra o Departamento de Estradas de Rodagem – DER, objetivando êxito no recebimento de correção monetária e juros decorrentes de atrasos nos pagamentos de créditos da empresa e com a ação para recebimento do precatório nº 203/83 no valor de R\$ 3.848 baixado conforme item g acima.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade e base de preparação

As demonstrações financeiras da Sociedade compreendem:

As demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRSs”) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como **Consolidado**.

As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como **Controladora**.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Com a emissão do pronunciamento IAS 27 revisado pelo IASB em 2014, as demonstrações separadas de acordo com o IFRS passaram a permitir o uso do método da equivalência patrimonial para avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto. Em dezembro de 2014, a CVM emitiu a Deliberação nº 733/2014, aprovando e permitindo sua adoção a partir dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Sociedade optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, como base de valor. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente no exercício anterior apresentado.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

- **Caixa e equivalentes de caixa**

As disponibilidades são avaliadas pelo custo. Compreendem numerários em caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos. As aplicações financeiras são registradas com base no valor da operação acrescida dos rendimentos auferidos, até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

- **Contas a Receber de Clientes**

As contas a receber são reconhecidas pelo seu valor nominal, que é o valor líquido de realização esperado, trata-se de operações de curto prazo não trazidas a valor presente por não representar ajustes relevantes nas demonstrações financeiras, e incluem o valor das medições efetuadas no final do exercício assim como a evolução das obras, correspondentes aos serviços executados e não faturados até a data do balanço. E uma provisão para perdas na realização dessas contas a receber (provisão para créditos de liquidação duvidosa ou impairment) pode ser reconhecida quando existir uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das Contas a receber.

- **Estoques**

Os estoques estão demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e os valores de reposição ou realização. Quando aplicável, é constituída uma estimativa de perdas de estoques obsoletos ou de baixa movimentação.

- **Estoque de Imóveis e Imóveis comercializados**

São avaliados ao custo de aquisição, ou valor de mercado, dos dois o menor e os imóveis comercializados ao valor de negociação a receber.

- **Demais ativos circulantes e realizável a longo prazo**

Os demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo são demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável os rendimentos auferidos.

- **Investimentos**

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em empresas controladas foram registrados pelo seu valor de aquisição e atualizado pelo método de equivalência patrimonial.

- **Imobilizado**

Composto pelos bens tangíveis registrados ao custo de aquisição, líquidos da depreciação e/ou perdas para redução ao valor recuperável. Os gastos incorridos com reparos e manutenção que representam melhoria, aumento da capacidade ou de vida útil, são capitalizados, enquanto que os demais gastos são registrados no resultado do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, conforme divulgado na nota 11.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos anualmente, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

- **Arrendamento Mercantil**

Os contratos de arrendamento mercantil são financeiros consequentemente transferem substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo.

Nesses contratos os ativos são reconhecidos nas demonstrações financeiras como um ativo e passivo de igual valor, baseados no valor justo do ativo ou no valor presente dos pagamentos mínimos, determinados no início do arrendamento mercantil. Os custos iniciais diretamente atribuíveis ao arrendamento mercantil são adicionados ao montante reconhecido como um ativo.

- **Intangível**

Ativos intangíveis adquiridos de terceiros, são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização.

- **Avaliação do valor recuperável de ativos (Impairment)**

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos (financeiros e não financeiros) com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

- **Empréstimos e financiamentos**

Atualizados com base nas variações monetárias, acrescidos dos respectivos encargos incorridos, até a data de encerramento do exercício.

- **Imposto de renda e Contribuição social**

São computados em conformidade com as disposições da legislação tributária vigente. As alíquotas aplicáveis aos impostos diferidos ativos e passivos são reconhecidas sobre diferenças temporárias na extensão em que a sua realização seja provável.

As alíquotas definidas atualmente para a determinação do imposto de renda e da contribuição social, correntes e diferidos, são de 25% e 9%, respectivamente

- **Provisões para contingências**

Provisões para contingências relacionadas a processos trabalhistas, tributários, cíveis e comerciais, nas instâncias administrativas e judiciais, são reconhecidas sempre que for avaliado como provável por seus assessores legais ou a melhores estimativas da Administração sobre o provável resultado dos processos pendentes na data do balanço.

- **Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo**

Os demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo são demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações monetárias.

- **Receitas**

As receitas referentes aos contratos de construção em andamento são reconhecidas no resultado de acordo com as medições efetuadas mensalmente e consequentemente no exercício, e ou evolução das obras.

- **Destinação dos resultados e distribuição de lucros**

A Companhia remunera seus acionistas através do dividendo mínimo estabelecido no Estatuto Social da Companhia, que poderá ser deduzido dos juros sobre o capital próprio líquido de imposto de renda. O dividendo mínimo, por se tratar de uma obrigação legal, prevista no estatuto social da Companhia, é lançado no passivo circulante, a parcela que exceder o dividendo mínimo é lançada no próprio patrimônio líquido. Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio serão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido.

A sua controlada ATE destina seus resultados entre distribuição de lucros e reservas conforme previsto na legislação societária brasileira. Podendo com relação à remuneração aos acionistas, se utilizar da modalidade de juros sobre capital próprio respeitando os critérios e limites definidos pela legislação brasileira. O reflexo fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido no resultado do exercício.

- **Lucro por ação**

O lucro por ação básico é calculado por meio do resultado atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações em circulação.

- **Demonstrações financeiras consolidadas**

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, foram eliminados os saldos das contas patrimoniais em comum e os resultados intersociedades, realizados e não realizados até a data do balanço, após o efeito dos impostos.

As conciliações entre o lucro do exercício e o patrimônio líquido da controladora e do consolidado não apresentam diferenças.

- **Reconhecimento das demonstrações contábeis dos Consórcios**

Estão registrados em conformidade com as Normas e Procedimentos de Contabilidade definido no NPC17 emitido pelo IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil e o novo pronunciamento contábil - CPC 17. (nota 20 a).

- **Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”).**

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte das suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista ou obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Instituição	Tipo de aplicação	Remuneração média mensal em 2015	Controladora		Consolidado	
			2015	2014	2015	2014
- Aplicações financeiras						
Banco do Brasil	CDB-DI	98,0% CDI	1.125	1.589	7.726	18.458
Banco Bradesco	CDB-DI	100,0% CDI	-	1.014	-	1.289
Banco Itaú	COMPROMISSADA					
	DI	98% CDI	-	1.125	-	1.125
Banco Hsbc	DI -LONGO PRAZO	99,25% CDI	-	-	-	2.052
Banco Abc	CDB-AUTO	20% CDI	-	-	763	-
Outros			-	-	797	9
			1.125	3.728	9.286	22.933
- Caixas e bancos			116	288	567	479
			1.241	4.016	9.853	23.412

As aplicações estão atualizadas com base nos rendimentos auferidos até a data de encerramento das demonstrações financeiras.

5. CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Contas a receber	9.585	4.460	14.652	6.911
Serviços executados e não faturados	4.884	9.010	64.599	42.835
	14.469	13.470	79.251	49.746

6. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Estoques de material de construção e peças de manutenção	453	361	4.776	4.240
Material de revenda	-	-	-	4.678
	453	361	4.776	8.918

7. ESTOQUE DE IMÓVEIS

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Azevedo & Travassos S.A.	9.561	11.786	9.561	11.786
Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário - Projeto II Ltda.	-	-	1.315	1.294
Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário - Projeto III SPE Ltda.	-	-	2.836	-
	9.561	11.786	13.712	13.080
Menos - parcela do circulante	-	-	4.151	1.294
Parcelas a longo prazo (b)	9.561	11.786	9.561	11.786

		Controladora	
	m ²	2015	2014
LOTE Elisio	22.999	3.795	3.756
LOTE 9	30.937	-	2.687
LOTE 3	5.465	752	698
LOTE 4	4.343	604	555
LOTE 5	1.348	159	138
LOTE 6	1.536	154	136
LOTE 7	18.144	2.150	2.031
LOTE 8	17.207	1.947	1.785
	101.979	9.561	11.786

Permanece no ativo imobilizado o lote 1 (55.568 m²) onde esta localizada a sede da companhia.

Em virtude de ainda não se ter uma previsão de concretização da venda dos lotes os valores estão contabilizados no Realizável a Longo Prazo.

O lote 9 foi integralizado em 30 de dezembro de 2015 como subscrição capital de Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto III SPE Ltda.

A empresa tem imóveis (estoque de imóveis R\$ 9.561 e no imobilizado R\$ 12.054 perfazendo um total de R\$ 21.615), os quais, excluído o lote 9, apresentam o valor venal de referência para o cálculo do ITBI de R\$ 54.206.

8. IMPOSTOS A RECUPERAR E OUTROS CRÉDITOS

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Despesas pagas antecipadamente	4	10	994	1.257
Impostos a recuperar (a)	-	-	773	3.064
Caução de aluguel	38	61	560	466
Caução de obras	-	-	1.014	1.353
Conta corrente Consórcio Constran(nota 20 a1)	-	-	227	229
Conta corrente Consórcio Mendes (nota 20 a2)	-	-	314	215
Depósito judicial bloqueado	-	-	194	107
Outras contas a receber	22	16	32	72
	<u>64</u>	<u>87</u>	<u>4.108</u>	<u>6.763</u>

(a) Parte do valor em 2015 de R\$ 773 (R\$ 3.064 em 2014) no consolidado trata-se de créditos de material de revenda (ICMS, COFINS e PIS) e retenções (IR e CSLL).

9. INVESTIMENTOS EM CONTROLADA

A Companhia mantém investimentos:

	Participação no final do exercício %		No patrimônio líquido		o resultado do exercício	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Azevedo & Travassos Engenharia Ltda (a)	99,95	99,95	53.001	51.672	1.329	2.664
Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto III SPE Ltda -ATDI-III (99,95	99,95	2.836	-	-	-
Total			<u>55.837</u>	<u>51.672</u>	<u>1.329</u>	<u>2.664</u>

a) Azevedo & Travassos Engenharia Ltda.

O capital social, subscrito e integralizado da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda., é composto em 2015 de 16.410.500 cotas (16.410.500 cotas em 2014)..

O patrimônio líquido da controlada é de R\$ 53.030 (R\$ 51.701 em 2014) e o seu lucro líquido do exercício é de R\$ 1.329 (R\$ 2.665 em 2014). A controladora em 16 de dezembro de 2014, aumentou o capital da controlada em R\$ 2.544.

b) Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto III SPE Ltda. – ATDI-III

A participação foi feita em 30 de dezembro de 2015, através da integralização do lote 9 na subscrição capital, a empresa ainda não iniciou suas atividades.

A controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. mantém investimentos:

	final do exercício %		No patrimônio líquido		No resultado do exercício	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto I Ltda (ATDI-I)	99,95	99,95	73	411	11	(426)
Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto II Ltda (ATDI-II)	99,95	99,95	10	10	-	-
Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto III SPE Ltda (ATDI-III)	0,05	-	1	-	-	-
Total			84	421	11	-426

EM 2015 a ATDI-II e ATDI-III ainda não havia iniciado suas atividades e a ATDI-I apresenta um movimento irrelevante.

10. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Operações:				
- Contrato de aluguel (a)	512	487	-	-
- Receita bruta de serviços (b)	19.558	8.949	-	-
- Transferência de terreno (c)	-	-	1.050	1.050
- Juros S/ Capital distribuído (d)	-	-	-	1.976
- Juros S/ Capital pago	-	-	469	2.006
- Juros S/ Capital a pagar (d)	-	-	-	469
- Lucros pago (e)	-	-	-	1.464
- Lucros a pagar (e)	-	-	350	-
- Outras partes relacionadas (f)	-	-	424	1.148
- Mútuo entre ATE e ATDI-II (g)	-	-	245	234
- Cessão prejuízo fiscal (h)	-	2.544	-	-
- Integralização capital ATDI-III (i)	2.836	-	-	-

(a) Refere-se a aluguel pago pela ATE a controladora pelo uso imóvel / sede.

(b) Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, as operações entre a controladora Azevedo & Travassos S.A. e sua controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda., foram, em sua maioria, repasses de despesas rateadas em função de prestação de serviços realizados em condições compatíveis com o mercado, em preços e prazos.

(c) Em 02 de setembro de 2010 a controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. transferiu para a Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto II Ltda., um lote de 3.922m2, por R\$ 1.050, através de instrumento particular de confissão de dívida com pagamento previsto para 31 de dezembro de 2016.

- (d) A controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda., conforme proposta da sua diretoria registrou juros sobre o capital próprio em 31 de dezembro de 2014 de R\$ 1.976 , valor líquido deduzido de 15% do IRRF dos juros sobre capital próprio. Em 31 de dezembro de 2015 ficou saldo a pagar de R\$ 0 (R\$ 469 em 31 de dezembro de 2014).
- (e) A Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto I Ltda., pagou em 2014 de lucros para controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. (ATE) o valor de R\$ 1.464.
A Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto I Ltda., realizou em 30 de setembro de 2015 a distribuição de lucros para controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. (ATE) de R\$ 350.
- (f) Trata-se de compra de materiais (mantas importadas da Raychen) da Intech Engenharia Ltda. e prestação de serviços (desenvolvimento imobiliário) da HMendes Arquitetura e Paisagismo Ltda.
- (g) Refere-se mútuo entre a empresa ATE e sua controlada ATDI II.
- (h) A Azevedo \$ Travassos S.A. cedeu à Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. prejuízo fiscal IRPJ e base de cálculo negativo CSLL, através de Instrumento Particular de Cessão e Confissão Dívida de 31 de outubro de 2014. A Azevedo \$ Travassos S.A com esta cessão aumentou o capital na Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. , aprovado pelo Conselho de Administração em 16 de dezembro de 2014.
- (i) Foi constituída em 30 de dezembro de 2015 a empresa Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto III SPE Ltda., com participação de 99,95% da Azevedo \$ Travassos S.A. e 0,05% da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. . A Azevedo \$ Travassos S.A. integralizou sua participação com a cessão do Lote 9 Pirituba.
- Honorários dos administradores e benefícios.
Em 31/12/2015, as despesas com a remuneração do pessoal-chave da Administração, o que inclui o Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, reconhecidas no resultado do período, totalizam R\$ 2.221 (R\$ 2.088 em 31 de dezembro de 2014), conforme quadro abaixo:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Benefícios de Curto Prazo		
- Salário ou Pró-Labore (i)	2.085	1.959
- Benefícios (ii)	136	129
- Bônus	-	-
Total	<u>2.221</u>	<u>2.088</u>

- (i) Inclui remuneração fixa (salários,, honorários e férias).
- (ii) Benefícios: assistência médica, refeição e seguro de vida.
A Companhia não tem plano de remuneração variável nem plano de remuneração baseado em ações.

11. IMOBILIZADO

	Taxa anual de depreciação %	31/12/2015			Controladora 31/12/2014
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Edifícios e benfeitorias	4	5.886	(1.607)	4.279	2.950
Máquinas e equipamentos	10	733	(660)	73	109
Outros	10	451	(241)	210	216
		7.070	(2.508)	4.562	3.275
Terrenos		522	-	522	522
Reavaliação de terrenos e edifícios		7.815	(562)	7.253	7.312
		15.407	(3.070)	12.337	11.109

	Taxa anual de depreciação %	31/12/2015			Consolidado 31/12/2014
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Edifícios e benfeitorias	4	5.945	(1.650)	4.295	2.969
Máquinas e equipamentos	10	22.343	(12.815)	9.528	9.161
Veículos	10	15.545	(7.016)	8.529	9.287
Outros	10	8.243	(4.753)	3.490	4.020
		52.076	(26.234)	25.842	25.437
Terrenos		522	-	522	522
Reavaliação de terrenos e edifícios		7.815	(562)	7.253	7.312
		60.413	(26.796)	33.617	33.271

A mutação do saldo do imobilizado:

	Controladora				
	31/12/2014	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2015
Edifícios e benfeitorias	4.373	1.513	-	-	5.886
(-) Depreciação Acumulada	(1.423)	(184)	-	-	(1.607)
Máquinas e equipamentos	733	-	-	-	733
(-) Depreciação Acumulada	(624)	(36)	-	-	(660)
Outros	426	24	-	1	451
(-) Depreciação Acumulada	(210)	(30)	-	(1)	(241)
Terrenos	522	-	-	-	522
Reavaliação de terrenos e edifícios	7.815	-	-	-	7.815
(-) Depreciação Acumulada	(503)	(59)	-	-	(562)
	11.109	1.228	-	-	12.337

A mutação do saldo do imobilizado:

	Consolidado				
	31/12/2014	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2015
Edifícios e benfeitorias	4.432	1.513	-	-	5.945
(-) Depreciação Acumulada	(1.463)	(186)	-	(1)	(1.650)
Máquinas e equipamentos	20.642	2.110	(317)	(92)	22.343
(-) Depreciação Acumulada	(11.481)	(1.685)	308	43	(12.815)
Veículos	15.731	1.089	(1.374)	99	15.545
(-) Depreciação Acumulada	(6.444)	(1.455)	931	(48)	(7.016)
Outros	8.278	259	(290)	(4)	8.243
(-) Depreciação Acumulada	(4.258)	(680)	182	3	(4.753)
Terrenos	522	-	-	-	522
Reavaliação de terrenos e edifícios	7.815	-	-	-	7.815
(-) Depreciação Acumulada	(503)	(59)	-	-	(562)
	33.271	906	(560)	-	33.617

Tendo em vista, principalmente, a valorização recente de seus imóveis, a companhia entende que passa a ser provável que venha a usufruir dos benefícios econômicos associados a um ativo não depreciable (terrenos). Dessa forma, conservadoramente, reconheceu em 31 de dezembro de 2012, o imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre a reserva de reavaliação anteriormente constituída, conforme estabelece o item 39 da Resolução CFC 1263/09.

Custo Atribuído (deemed cost)

A companhia não exerceu a opção de adoção do custo atribuído a seus ativos imobilizados, conforme definido na interpretação técnica ICPC 10.

12. INTANGÍVEL

	Taxa anual de amortização %	31/12/2015			Consolidado 31/12/2014
		Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Softwares	20	3.306	(2.311)	995	1.004
		<u>3.306</u>	<u>(2.311)</u>	<u>995</u>	<u>1.004</u>

A mutação do saldo do intangível:

					Consolidado
	31/12/2014	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2015
Softwares	2.944	362	-	-	3.306
(-) Amortização Acumulada	(1.940)	(371)	-	-	(2.311)
	<u>1.004</u>	<u>(9)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>995</u>

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Moeda nacional	Encargos	Vencimentos	Controladora		Consolidado	
			31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
. Capital de giro	1,60% a.m.	Janeiro de 2016 a Outubro de 2017	1.000	-	12.083	12.264
. Fname	9% a.a.	Janeiro de 2016 a Março de 2019	-	-	614	1.054
. Financiamento CDC	1,15% a.m.	Janeiro de 2016 a Abril de 2019	-	-	1.275	1.897
. Arrendamento mercantil	1,20% a.m.	Janeiro de 2016 a Agosto de 2018	-	-	1.398	2.774
			<u>1.000</u>	<u>-</u>	<u>15.370</u>	<u>17.989</u>
Menos - parcela do circulante			<u>1.000</u>	<u>-</u>	<u>11.585</u>	<u>14.616</u>
Parcela a longo prazo			<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.785</u>	<u>3.373</u>

Os empréstimos estão garantidos por notas promissórias mais aval dos diretores e alienação fiduciária dos bens.

14. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS – OUTROS IMPOSTOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Curto prazo				
Impostos a recolher (COFINS, PIS e outros) (a)	1.505	1.037	6.828	7.120
Parcelamentos (pis-cofins-inss desoneração) (b)	-	-	2.062	-
	<u>1.505</u>	<u>1.037</u>	<u>8.890</u>	<u>7.120</u>
Longo prazo				
Parcelamentos (pis-cofins-inss desoneração) (b)	-	-	6.857	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>6.857</u>	<u>-</u>

- (a) Dentro do valor de impostos a recolher, parte é diferido para recolher, quando do recebimento da receita, que lhe deu origem. Em 31 de dezembro de 2015 a controladora tem R\$ 414 e no consolidado R\$ 1.413.
- (b) Em 04 de setembro de 2015, a controlada ATE, deu entrada pedido parcelamento de débitos do PIS, COFINS e INSS DESONERAÇÃO, período de apuração de fevereiro a julho de 2015, vencidos de março a agosto de 2015, tendo sido diferido e em fase de andamento pela Receita Federal. O prazo de vencimento é de 60 parcelas, sendo que a primeira foi recolhida em setembro de 2015.

Composição do parcelamento	Ano	30/09/2015
	2.016	2.062
	2.017	2.062
	2.018	2.062
	2.019	2.062
	2.020	671
		<u>8.919</u>
Menos -parcela do curto prazo		<u>(2.062)</u>
Parcelas a longo prazo		<u>6.857</u>

15. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Seguros a pagar	-	-	508	1.019
Outras	165	51	261	90
parcela do circulante	<u>165</u>	<u>51</u>	<u>769</u>	<u>1.109</u>

16. PATRIMONIO LIQUIDO

a) Capital social

O capital social, subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 está composto por 9.000.000 ações ordinárias, 18.000.000 ações preferenciais, sem valor nominal, totalizando 27.000.000 ações. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas têm prioridade no recebimento de dividendos.

Em 30 de abril de 2014, foi realizada a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, sendo a principal deliberação a aprovação da redução do capital social em R\$ 25.849, mediante a absorção integral do saldo de prejuízos acumulados em 31 de dezembro de 2013. Em razão da redução o capital da Companhia passou de R\$ 53.896 para R\$ 28.047.

b) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Para todas as classes de ações está previsto o pagamento de dividendo mínimo anual obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado na forma da legislação societária.

Os dividendos em 31 de dezembro de 2015 foram calculados como abaixo:

Cálculo dos dividendos			
Lucro líquido do exercício			1.245
(-) Reserva legal (R\$ 1.245 X 5%)			(62)
(+) Realização de reserva de reavaliação			2.312
Lucro líquido ajustado			<u>3.495</u>
Dividendo mínimo obrigatório (25%) (R\$3.495 x 25%)			<u>874</u>
Forma de pagamento			
	<u>valor bruto</u>	<u>IRRF</u>	<u>valor líquido</u>
Juros sobre o capital próprio (I)	2.079	(311)	1.768
TOTAL			<u>1.768</u>

- I) O Conselho de Administração em reunião realizada em 11 de dezembro de 2015, “ad referendum” da Assembleia Geral Ordinária, deliberou creditar em 29 de dezembro de 2015 juros sobre capital próprio de R\$ 2.079, aplicado sobre posição acionária de 11 de dezembro de 2015, correspondente a R\$ 0,077028493 por ação e pagamento em 12 parcelas, iguais e sucessivas, a primeira em 30 de dezembro de 2015, que serão imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício social de 2015.

c) Retenção de Lucros

A Administração propõe a retenção do lucro remanescente do exercício de 2015, no valor de R\$ 1.416, para reforço de Capital de Giro e também fortalecimento e preservação do seu Patrimônio Líquido. Este reforço é essencial, neste momento, de escassez de crédito pelo mercado financeiro.

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	1.541	8.866	2.355	10.480
ATDI I calculo pelo lucro presumido	-	-	-	427
Adições:				
- Provisão não dedutível	130	222	522	822
- Despesas indedutíveis	2.312	860	2.694	1.648
Exclusões:				
- Equivalência	(1.329)	(2.664)	-	-
- Juros sobre o capital próprio	(2.079)	(1.402)	(2.079)	(1.402)
- Reversão de provisão não dfedutível	(1.000)	-	(1.000)	-
- Prejuízo Fiscal	-	(1.764)	425	(1.764)
Base de cálculo	(425)	4.118	2.917	10.211
Alíquota (%)	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social líquido do adicional	-	(1.377)	(966)	(3.420)
Incentivo fiscal	-	67	19	131
Imposto de renda e contribuição social ATDI I (lucro presumido)	-	-	-	-
Prejuízo Fiscal -ativo fiscal diferido (nota 20 e)	-	(600)	-	(600)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	-	(1.910)	(947)	(3.889)
Imposto de renda e contribuição social - diferido (a)	(296)	119	(163)	485
	(296)	(1.791)	(1.110)	(3.404)

(a) Foram registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias.

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A companhia não possui instrumentos financeiros que possam ser caracterizados por operações com derivativos, conforme instrução CVM 235/95.

19. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Salários e encargos	6.303	5.356	11.535	9.985
Serviços contratados de terceiros	113	281	3.198	3.202
Outros	782	801	2.688	2.722
Total	7.198	6.438	17.421	15.909

20. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Conta corrente dos Consórcios

O saldo da conta corrente dos Consórcios está demonstrado no ativo/passivo consolidado (nota explicativa 8) e está representado por transferência de numerários, fornecedores e reconhecimento da participação sobre o resultado apurado no consórcio.

a.1) Consórcio Constran – Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. - Mineroduto Paragominas (PA)

Em 31 de dezembro de 2015, o prejuízo acumulado do consórcio foi de R\$ 37.340 (R\$ 37.297 em 2014), sendo a participação da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. nesse prejuízo equivalente R\$ 18.670 (R\$ 18.648 em 2014).

Os valores oriundos do Consórcio e incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. foram, também, objeto de revisão especial pelos auditores independentes até 31 de dezembro de 2006, sendo que para o exercício de 2007 a 2015 as movimentações foram consideradas imateriais.

a.2) Consórcio Mendes Júnior-Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. - Gasoduto Cacimbas - Catu (BA)

Em 31 de dezembro de 2015, o resultado apurado com base no balanço do consórcio e ajustado conforme determina a NPC 17 totalizou R\$ 19.761 (R\$ 19.947 em 2014), sendo a participação da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda., nesse lucro equivalente R\$ 7.904 (R\$ 7.979 em 2014).

Os valores oriundos do Consórcio e incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda., foram objeto de revisão especial pelos auditores independentes em 2008 e 2009. De 2010 a 2015 as movimentações foram consideradas imateriais.

b) REFIS Federal

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Passivo Circulante	1.305	1.268	1.305	1.268
Passivo Não Circulante	43.290	43.322	43.290	43.322
Total	<u>44.595</u>	<u>44.590</u>	<u>44.595</u>	<u>44.590</u>

I) A Sociedade optou pela inclusão de seus débitos fiscais consolidados no Programa de Recuperação Fiscal, instituído pela Lei nº 9.964/2000 que prevê a liquidação do débito parcelado à razão de 1,2% da receita bruta mensal apurada pelo contribuinte devedor.

- II) Pelo artigo 14º da Lei nº 9964, de 10/04/2000, que instituiu o REFIS, as obrigações decorrentes dos débitos incluídos no REFIS não serão consideradas para fins de determinação de índices econômicos vinculados a licitações pela administração pública direta ou indireta e em operações de financiamentos realizadas por instituições financeiras oficiais federais.
- III) A partir de junho/14, a Companhia, atendendo notificação da Receita Federal, adequou a parcela do REFIS, de tal modo que o prazo para quitação do débito não ultrapassasse 50 anos desde sua adesão ao programa. Deste modo, o prazo máximo ficou estabelecido para 28/02/2050. O valor da parcela será calculado, a partir de 30/06/14, dividindo-se o saldo do extrato do REFIS, incluindo a TJLP do mês, pelo número de parcelas faltantes para o prazo final. Na hipótese de 1,2% sobre a Receita Bruta da Companhia vier a ser maior do que o valor da parcela, calculado conforme descrito acima, este deverá ser o valor adotado, seguindo o critério original estabelecido no REFIS. O saldo do extrato em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 44.595 (R\$ 44.590 em 2014)

c) Precatórios a receber

Refere-se a precatórios oriundos de ações judiciais relativos a desapropriação de terreno promovido pela Fazenda Estadual e cobrança de juros e correção monetária sobre atrasos de pagamentos de contas a receber do DER/SP. Em 31 de dezembro de 2015 apresenta um saldo de R\$ 1.380 (R\$ 1.380 em 31 de dezembro de 2014). Vide nota 20 h.4

d) Provisão para Contingências - Ações trabalhistas, fiscais e cíveis

Em 31 de dezembro de 2015, está provisionado o montante de R\$ 1.000 (R\$ 2.000 em 2014), e no consolidado R\$ 3.600 (R\$ 4.600 em 2014) o qual, conforme a Administração, baseada na opinião de seus assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento.

• Controladora

				Processos	2015
Probabilidade de					Provisão
Perda	Trabalhista	Fiscal	Cível	Total	Contábil
Provável	256	23	-	279	279
Possível	775	-	350	1.125	721
Remota	29	8.249	10	8.288	-
Total	1.060	8.272	360	9.692	1.000

• **Consolidado**

Processos					2015
Probabilidade de Perda	Trabalhista	Fiscal	Cível	Total	Provisão Contábil
Provável	879	31	413	1.323	1.323
Possível	1.692	-	2.460	4.152	2.277
Remota	11.549	9.276	1.933	22.758	-
Total	14.120	9.307	4.806	28.233	3.600

• **Controladora**

Processos					2014
Probabilidade de Perda	Trabalhista	Fiscal	Cível	Total	Provisão Contábil
Provável	1.933	25	-	1.958	1.958
Possível	35	-	50	85	42
Remota	29	8.180	10	8.219	-
Total	1.997	8.205	60	10.262	2.000

• **Consolidado**

Processos					2014
Probabilidade de Perda	Trabalhista	Fiscal	Cível	Total	Provisão Contábil
Provável	2.226	33	-	2.259	2.259
Possível	1.526	15	3.081	4.622	2.341
Remota	9.734	9.429	2.562	21.725	-
Total	13.486	9.477	5.643	28.606	4.600

	Controladora			Consolidado		
	2014	Movimento no exercício	2015	2014	Movimento no exercício	2015
Trabalhista (a)	1.950	(1.198)	752	2.988	(1.181)	1.807
Fiscal	25	(2)	23	41	(10)	31
Cível	25	200	225	1.571	191	1.762
Total	2.000	(1.000)	1.000	4.600	(1.000)	3.600

A Companhia e suas Controladas são parte em processos trabalhistas e cíveis em andamento na esfera judicial, e processos tributários em andamento nas esferas judicial e administrativa. As provisões relativas a esses processos são classificadas quanto à probabilidade de perda provável e possível.

A Companhia e suas Controladas possuem ações de natureza trabalhistas, cíveis e tributárias, que não estão provisionadas pois envolvem risco de perda classificada pela Administração e seus advogados como remota. O valor considerado nessa classificação corresponde à somatória dos valores atribuídos às causas pelos demandantes.

Os riscos tributários classificados como remotos são compostos, na sua maioria, por autos de infração e pedidos de compensação ainda pendentes de discussão na esfera administrativa e processos judiciais cujos débitos foram quitados ou tiveram a incidência de prescrição reconhecida.

Os processos trabalhistas em que a Companhia e suas Controladas são partes são promovidos por ex-colaboradores e terceiros, cujos pedidos se constituem em pagamento de verbas rescisórias, adicionais, horas extras, indenizações, demais consectários trabalhistas e verbas decorrentes de responsabilidade subsidiária. A provisão destes leva em consideração a evolução dos processos e o histórico de perdas nos últimos exercícios.

A Companhia e suas Controladas possuem processos de natureza cível, que referem-se principalmente à questões indenizatórias, regressivas e discussões de cláusulas e cumprimento de contratos. A provisão desse risco leva em consideração a evolução dos processos e o histórico de perdas.

e) Prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa da contribuição social

e.1) HISTÓRICO

	TOTAL	IRPJ	CSLL
Prejuízos fiscais IRPJ períodos de 2000 a 2008		36.673	-
Base negativa de CSLL períodos de 2000 a 2008		-	36.676
Total do prejuízo fiscal e base negativa		36.673	36.676
CRÉDITOS			
Créditos prejuízos fiscais IRPJ (36.673 x 25%)	9.168	9.168	
Créditos base negativa de CSLL (36.676 x 9%)	3.301		3.301
Total dos créditos (1)	12.469	9.168	3.301
UTILIZADO			
Para quitação débitos fiscais lei nº 11941/09	283	176	107
Cessão IRPJ e CSLL para ATE quitar parcelamento	2.544	1.870	674
DIPJ período 2009 a 2014 - IRPJ e CSLL	1.940	1.425	515
Total dos valores utilizados (2)	4.767	3.471	1.296
Saldo para ser utilizado (1- 2)	7.702	5.697	2.005

e.2) DEMONSTRATIVO DOS VALORES RECONHECIDOS NO ATIVO CRÉDITOS FISCAIS EM 31/12/2015

	<u>TOTAL</u>	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>
RECONHECIDO			
a) Reconhecido em 2012 como Imposto Reserva de Reavaliação	1.602	1.178	424
b) Reconhecido como lucros tributários futuros até 31/12/2013	9.244	6.797	2.447
REVERSÃO			
DIPJ período 2014 - IRPJ e CSLL	(600)	(441)	(159)
Cessão em 2014 IRPJ e CSLL para ATE quitar parcelamento	(2.544)	(1.870)	(674)
sub-total (b)	<u>6.100</u>	<u>4.486</u>	<u>1.614</u>
Total reconhecido na conta ativo - Créditos Fiscais (a + b)	<u>7.702</u>	<u>5.664</u>	<u>2.038</u>

Trata-se de prejuízo fiscal do imposto de renda e a base negativa de contribuição social relativo aos períodos de 2000 a 2008 e estão sujeitos à compensação com lucros tributáveis futuros.

Em virtude da Companhia estar , gerando resultados tributáveis nos últimos exercícios e apresentar expectativas de realização dos prejuízos fiscais acumulados, foi reconhecido o imposto de renda e contribuição social diferida sobre os prejuízos fiscais passíveis de compensação nos próximos 10 anos.

A Administração da Companhia realizou estudo técnico “Revisão Periódica do Crédito Fiscal Diferido Reconhecido do Prejuízo Fiscal do IRPJ e da Base de Cálculo Negativa do CSLL”, aprovado pelo Conselho de Administração em 14 de março de 2016, no valor presente de R\$ 8.125, superior ao saldo reconhecido do crédito fiscal diferido de lucros tributários futuros em 31 de dezembro de 2015, no valor de R\$ 6.100 (item b supra). Esse mesmo estudo também foi realizado de 2010 a 2014.

Esta revisão foi preparada seguindo as definições da Deliberação CVM n.º 273, de 20 de agosto de 1998, que aprovou o pronunciamento específico emitido pelo IBRACON, bem como a Instrução CVM n.º 371, de 27 de junho de 2002 e Pronunciamento Técnico CPC 32.

Data base da Compensação	Valor Original	Valor Presente
2016	413	384
2017	456	395
2018	504	406
2019	557	417
2020	616	429
2021 a 2025	11.951	6.094
Total	14.497	8.125

f) Cobertura de seguros

A cobertura de seguros em 31 de dezembro de 2015 é considerada suficiente pela Administração da empresa para cobrir eventuais sinistros.

As premissas de riscos adotados pela empresa, em razão de sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis. Consequentemente, não foram examinadas por nossos auditores independentes.

g) Arrendamento Mercantil

Em 31 de dezembro de 2015 a dívida a valor presente reconhecida contabilmente é de R\$ 1.398 (R\$ 2.774 em 31 de dezembro de 2014), sendo os compromissos decorrentes de arrendamento mercantil (principal + encargos) assumidos pela Azevedo & Travassos Engenharia Ltda., relativo à aquisição de equipamentos e veículos, no montante de R\$ 1.914 (R\$ 3.871 em 2014), e as parcelas serão devidas nos seguintes períodos:

<u>Exercícios</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
2015	-	1.957
2016	1.053	1.053
2017	604	604
2018	257	257
	<u>1.914</u>	<u>3.871</u>

h) Ações Judiciais Ativas

h.1) Exclusão do ISS da base de cálculo do PIS e COFINS.

Ações propostas pela Companhia (ATSA) e controlada ATE. Estima-se o benefício patrimonial decorrentes de tais ações, até 31.12.2015, para a Companhia (ATSA) de R\$ 125 e, para a ATE, de R\$ 3.993. A ação promovida pela ATE foi julgada parcialmente procedente em 1ª e 2ª Instancias, aguardando atualmente a admissão do recurso apresentado. A ação ajuizada pela Companhia aguarda julgamento em 1ª Instancia.

h.2) Ação DER/SP

Ação proposta objetivando a cobrança de créditos decorrentes de contrato administrativo celebrado com o DER, ainda pendente de julgamento em 1ª Instancia, sendo certo que na pericia realizada nos autos, foi apurado, pelo Assistente Técnico indicado, crédito a favor da Companhia (ATSA) no montante de R\$ 10.009, data base jan/2007.

h.3) Ação para exclusão de verbas indenizatórias da base de cálculo do INSS

Ações propostas pela Companhia (ATSA) e a controlada ATE buscando a exclusão das verbas de natureza indenizatória da base de calculo da contribuição previdenciária e a recuperação dos valores recolhidos a esse título, sendo a ação ajuizada pela Companhia (ATSA) julgada parcialmente procedente em 1ª e 2ª Instancias, e aquela ajuizada pela Controlada ATE, julgada parcialmente procedente em 1ª Instancia, aguardando julgamento pela 2ª Instancia, não sendo, neste momento, possível a mensuração do beneficio patrimonial de ambas as demandas.

h.4) Precatório Judicial

Nada obstante a deliberação da Companhia (ATSA), em 31.12.2013, em baixar de seu ativo o valor de R\$ 3.848, referente aos créditos decorrentes do Precatório Judicial, extraído da Ação Ordinária promovida contra o DER, processo nº 203/83, em tramite perante a 4ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo, em razão da análise de risco quanto a definição de seu valor, a Companhia continua a discussão judicial no sentido de ver reconhecido e pago o crédito, que segundo os cálculos que entende corretos, importa em R\$ 3.502 mil, em 31.12.2015.

h.5) Multa 10% - FGTS

A Companhia (ATSA) e a ATE ajuizaram, em 29/01/2014, ações judiciais objetivando a autorização para depósito judicial mensal dos valores relativos à Contribuição Social prevista no artigo 1º da Lei Complementar n.º 110/2001 (multa de 10%), e, no mérito, a declaração da inconstitucionalidade incidental e superveniente da referida exação. Foram proferidas as decisões autorizando os depósitos judiciais, estando, as ações aguardando decisão de mérito. Em 31 de dezembro de 2015 os valores históricos depositados totalizavam R\$ 81 para a ATSA e R\$ 869 para a ATE.

* * *